

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.562.270 - RS (2019/0245667-8)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
AGRAVANTE : JOSE MARTINS DO AMARAL (PRESO)
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL

EMENTA

PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **JOSE MARTINS DO AMARAL** contra decisão que inadmitiu o recurso especial manejado em face de acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 284):

"PENA. PUNIÇÃO APLICADA SEM ERRO OU ABUSO. CONFIRMADA. Sobre a pena -base e acréscimos ou reduções em face às agravantes e às atenuantes, sua aplicação é muito subjetiva. Tanto que as Cortes Superiores têm orientado no sentido que se deve, tanto quanto possível, aceitar aquela fixada na sentença. Sua alteração só deve acontecer, quando se verificar grave erro na imposição da reprimenda. No caso, como se vê da decisão em exame, não houve erro ou abuso da autoridade judicial, quando fixou as penas do apelante. Deste modo, seguindo-se a orientação referida acima, elas são mantidas como aplicadas. DECISÃO: Apelos defensivo e ministerial desprovidos. Unânime."

Opostos embargos de declaração, pela combativa Defesa (fls. 297/298), foram eles não conhecidos, à unanimidade de votos (fls. 299/302).

Nas razões do recurso especial (fls. 308/316), interposto com fundamento no art. 105, inciso III, alínea **a**, da Constituição da República, a Defesa sustenta violação aos seguintes dispositivos legais:

a) art. 619 do Código de Processo Penal, sob o argumento de há, **in casu**, negativa de prestação jurisdicional, por omissão e contradição em relação as teses defensivas quanto ao redimensionamento da reprimenda.

b) artigo 41 da Lei n. 11.343/06, ao argumento de que "*(...) é desnecessário novo exame de fatos e provas, bastando, para tanto, apreciar o quanto exposto nos documentos aqui referidos - memoriais de fls. 145/147, ofício de fl. 160, sentença de fls. 162/166, razões de fls. 182/184, e acórdãos - mantendo-se, assim, as premissas fáticas estabelecidas, conclui-se que o recorrente faz jus à causa de diminuição de pena prevista junto ao art. 41, da Lei nº 11.343/06.*" (fl. 315).

Apresentadas as contrarrazões (fls. 322/326), sobreveio juízo negativo de admissibilidade fundado na incidência da Súmula 83/STJ e na ausência de violação ao art. 619 do CPP. (fls. 328/326).

Nas razões do agravo, postula-se o processamento do recurso especial.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo **desprovemento** do agravo (fls. 371/375).

É o relatório.

Decido.

O agravo não merece ser conhecido.

Conforme relatado, o apelo nobre foi inadmitido pelo Tribunal **a quo** em razão da incidência da **Súmula 83/STJ** e pela ausência de malferimento ao art. 619 do CPP.

No caso, contudo, o agravante deixou de infirmar, **de maneira adequada e suficiente**, todas as razões apresentadas pelo eg. Tribunal de origem para negar trânsito ao recurso especial, **não bastando, para tanto, deduzir genericamente a inaplicabilidade do óbice apontado na decisão agravada**. Digo, nas razões de fls. 339/346, o agravante limitou-se a dizer que, quanto à aplicação da **Súmula 83/STJ**:

"As ementas de julgados do STJ, que fundamentam a decisão agravada, não possuem efeito vinculante e não caracterizam posicionamento consolidado da Corte Superior. Desse modo, ante a possibilidade de modificação do entendimento expendido nas decisões que motivam a decisão agravada, não incide à espécie o teor da Súmula 83 do STJ.

Em relação ao ponto, cumpre acrescentar, que a mera transcrição da ementa de acórdão de habeas corpus julgado pelo STJ não demonstra a impossibilidade de trânsito do recurso especial interposto.

Por todos estes aspectos, a matéria não pode deixar de ser apreciada pelo STJ, merecendo reforma a decisão agravada para que tenha seguimento o recurso especial." (fl. 340).

Ora, não basta deduzir a inaplicabilidade do referido óbice sumular, devendo ser esclarecido o rechaço aos pontos estereótipos da decisão de admissibilidade, com a comprovação, por meio da indicação de precedentes desta Corte Superior, a desarmonia do julgado ou da ausência de entendimento pacificado sobre a matéria, por exemplo, evidenciando, assim, a inaplicabilidade do embargo indicado pelo Tribunal **a quo**, o que não ocorreu.

Desse modo, a ausência de impugnação adequada dos fundamentos empregados pela Corte de origem para impedir o trânsito do apelo nobre, nos termos do art. 932, inciso III do CPC, impede o conhecimento do agravo, cujo único propósito é demonstrar a inaplicabilidade dos motivos indicados na decisão de inadmissibilidade do recurso por meio de impugnação específica de cada um deles. Nesse sentido:

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADO. APLICAÇÃO DO ART. 544, § 4º, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - CPC DE 1973. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Descabido o conhecimento do agravo em recurso especial quando o agravante deixa de impugnar especificamente algum dos fundamentos adotados na decisão que negou seguimento ao recurso especial.

2. Agravo regimental desprovido" (AgRg no AREsp n. 842.493/PR, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Paciornik**, DJe de 16/5/2016).

Ainda, no que diz respeito à **impugnação da aplicação do óbice da**

Súmula 83/STJ:

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. SÚMULA 182/STJ. PARADIGMA EM HABEAS CORPUS. INADMISSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A ausência de impugnação específica aos fundamentos da decisão que não admite o recurso especial impede o conhecimento do agravo, nos termos do que dispõe a Súmula 182/STJ, in verbis: "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada".

2. "Quando o inconformismo excepcional não é admitido pela instância ordinária, com fundamento no enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, a impugnação deve indicar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos mencionados na decisão combatida" (AgRg no AREsp 709.926/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/10/2016, DJe 28/10/2016).

[...]

4. Agravo regimental não provido" (AgRg no AREsp 1.040.832/MG, Quinta Turma, Rel. Min. Ribeiro Dantas, DJe de 31/10/2017).

Portanto, em respeito ao princípio da dialeticidade, a impugnação dos fundamentos da decisão deve ser clara e suficiente a demonstrar o equívoco na sua negativa em todos os pontos indicados pela decisão que negou trânsito ao recurso.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço do agravo em recurso especial.**

P. e I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator